

Introdução

Em 17 de março de 2023, a historiadora e jornalista Ana Flávia Magalhães Pinto tomou posse como diretora-geral do Arquivo Nacional, uma das mais importantes instituições para pesquisa e preservação historiográfica do país. O auditório do Arquivo, no Rio de Janeiro, estava lotado: historiadores, antropólogos, sociólogos, políticos, servidores, jornalistas e representantes de diferentes movimentos sociais — uma plateia majoritariamente negra e feminina. Era um momento histórico: pela primeira vez, uma mulher negra ocuparia o principal cargo da instituição, fundada em 1838.

Todos tomaram seus lugares e o mestre de cerimônias, o ator e diretor Hilton Cobra, anunciou a execução do Hino Nacional. Todos de pé. Um tempinho passou e, por alguma razão, o arquivo de mídia não começava a tocar. “Vamos cantar, então?”, sugeriu Cobra à plateia. As pessoas atenderam ao chamado e o auditório todo cantou, à capela. Aquilo mexeu comigo.

Confesso que, depois de tudo o que vivemos nos últimos anos, eu imaginaria algo assim num encontro de supremacistas brancos ou algo do tipo — afinal, a extrema direita sequestrou para

si símbolos nacionais como a bandeira do Brasil, por exemplo. Mas aquelas pessoas no auditório do Arquivo Nacional eram o extremo oposto: uma plateia progressista e diversa, cantando em uníssono cada palavra — e você sabe que o nosso Hino não é curto e nem fácil de memorizar —, do começo ao fim.

Imediatamente me lembrei de algo que Jurema Werneck, ativista e diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, disse durante a gravação das entrevistas para o *projeto Querino*, e que acabou saindo no sétimo episódio do podcast, “Salve-se quem puder”: “Desde que entendemos que vamos ficar aqui, então esse lugar tem de ser nosso e imprimir as nossas marcas”.

Por cerca de 350 anos, o Brasil explorou africanos e afrodescendentes. Milhões foram separados de suas famílias e culturas; escravizados, torturados e assassinados. Depois que nossos ancestrais derrubaram a escravidão, o plano do Estado brasileiro era eliminar a parcela negra da população — e não é um exagero escrever isso, como você lerá neste livro. Pelo plano, já não deveria existir mais nenhuma pessoa negra aqui no começo dos anos 2000.

Mas nossos ancestrais não aceitaram o plano. Somos a maioria da população, ainda que majoritariamente continuemos privados de toda a riqueza que criamos. Apesar de tudo, fizemos deste o nosso país. E um país que busca ser melhor. É por isso que todas aquelas pessoas cantaram o Hino com altivez na posse de Ana Flávia: este país é nosso. Não é “só” nosso porque o povo negro nunca quis segregar — ao contrário de quem, até hoje, tenta impedir que crianças negras frequentem escolas de elite, por exemplo —, mas é nosso.

Como dizia o ativista e fotógrafo Januário Garcia, “existe uma história do negro sem o Brasil. O que não existe é uma his-

tória do Brasil sem o negro”.¹ Essa ideia guiou a pesquisa e o podcast do *projeto Querino*, e agora está na epígrafe e guiará o que você está prestes a ler.

Se você já ouviu o podcast, aqui encontrará novas entrevistas, informações, dados e um mergulho ainda mais profundo em vários assuntos e acontecimentos. Este livro é o resultado de mais de um ano de novas pesquisas, escrita e minuciosa edição e checagem, entre 2023 e 2024. Por outro lado, se você nunca ouviu o podcast, fique tranquilo: não precisará — embora eu ache que possa ser interessante, mas sou suspeito para falar.

Uma vez que o podcast inspirou diretamente estas páginas, optamos por manter a estrutura — os capítulos seguem a ordem e os temas dos episódios. Também decidimos manter a linguagem coloquial, direta e simples dos roteiros, especialmente na minha parte, de “narrador”. Já as citações dos entrevistados receberam discretas adaptações para a norma escrita — sem jamais mudar o sentido das frases, claro —, somente para torná-las mais objetivas e evitar algumas repetições características da língua falada.

E quero aproveitar para, de antemão, pedir “desculpas” aos acadêmicos. Toda citação está naturalmente em seu devido lugar e as referências bibliográficas, feitas; mas o texto não carrega a — importantíssima, registre-se — rigidez de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado. E o motivo principal é que, bem, eu não sou acadêmico, mas jornalista. Admiro profundamente o trabalho dos acadêmicos, e o *projeto Querino* não existiria se não fosse por eles. Também não existiria se os movimentos negros não tivessem lutado por ações afirmativas na educação — as leis de cotas — que hoje beneficiam pessoas de todas as cores e raças, e as pessoas com deficiência.

Ainda que o rigor historiográfico tenha sido uma base fundamental do projeto — graças principalmente à historiadora Ynaê

Lopes dos Santos, que foi a consultora em história da pesquisa e do podcast —, este é, acima de tudo, um livro jornalístico. Ou, como chamamos na prática jornalística, um “livro-reportagem”. E uma das missões do jornalismo é tentar explicar e, por vezes, até mesmo simplificar conceitos, ideias e estudos complexos — sem, contudo, tirar deles seus significados. Há o risco de que algumas explicações ou contextualizações pareçam simplistas, mas foi uma escolha que fizemos para tentar difundir ao máximo estas histórias. O nosso sonho é que este seja um livro “popular”.

Naturalmente, ele não tem a menor intenção de “esgotar” o assunto. É tão somente, como o subtítulo indica, “um” olhar afrocentrado sobre a história do Brasil. Há muitos outros.

Se este é seu primeiro contato com o *projeto Querino*, explico: é um projeto jornalístico brasileiro lançado em 6 de agosto de 2022, fruto de dois anos e sete meses de trabalho, como um podcast narrativo produzido pela Rádio Novelo e uma série de publicações na revista *piuí*. O podcast venceu o prêmio Vladimir Herzog como melhor Produção Jornalística em Áudio do Brasil em 2023 e foi nomeado um dos dez melhores trabalhos jornalísticos em áudio pelo prêmio Gabo, que engloba a América Latina. O projeto é inspirado no *1619 Project*,² criado pela jornalista estadunidense Nikole Hannah-Jones e lançado em agosto de 2019 pelo *The New York Times*.

O *projeto Querino* lança um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil: mostra alguns dos principais momentos — como a Independência, em 1822, ou a Abolição, em 1888 — sob a ótica de africanos e afrodescendentes. Foi idealizado e coordenado por mim e teve apoio do Instituto Ibirapitanga; consultoria em história de Ynaê Lopes dos Santos e consultoria narrativa de Paula Scarpin e Flora Thomson-DeVeaux, da Rádio Novelo.

O nome do projeto é uma homenagem ao intelectual baiano Manuel Raimundo Querino (1851-1923), jornalista, professor e abolicionista que, em 1918, publicou *O colono preto como fator da civilização brasileira*, obra que trata do protagonismo dos africanos e dos afrodescendentes para a formação do Brasil. Ao todo, mais de quarenta profissionais — uma equipe majoritariamente negra e feminina — trabalharam no projeto até o lançamento, em 2022. Embora muita pesquisa adicional tenha sido feita desde então, este livro é o resultado direto do trabalho desses profissionais, e você pode encontrar todos os nomes na seção “Créditos”. Cada um deles tem minha gratidão eterna.

A história deste livro, e do próprio projeto, começou em 20 de maio de 2018. Em um domingo à noite, durante um evento literário no Centro do Rio de Janeiro, a grande escritora Conceição Evaristo foi entrevistada por Flávia Oliveira, uma de minhas principais referências profissionais. Próximo ao fim da conversa, Conceição disse: “Ensinam a Revolução Farroupilha nas escolas, mas não a Revolta dos Malês”. E minha cabeça explodiu.

Eu era um jovem adulto, já tinha feito alguma leitura — só um pouquinho, àquela altura — sobre negritude e a “história negra” do Brasil. Sabia alguma coisa sobre a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul — já havia visto até uma série da TV Globo a respeito, *A casa das sete mulheres* (2003) —, mas quase nada sobre a Revolta dos Malês, na Bahia.

À época, eu trabalhava como repórter da coluna de Ancelmo Gois, no jornal *O Globo*, e há algum tempo vinha pensando em fazer um podcast. Quando ouvi aquela frase de Conceição, alguma coisa estalou dentro de mim: “Que outras histórias sobre nossa herança africana também me foram negadas? Será

que há outras que nem sequer chegaram a ser contadas?”. E foi quando comecei a fazer, no meu tempo livre, o *Negra Voz*, podcast em cinco episódios sobre feitos de negras e negros brasileiros, do passado e do presente. Lançado em setembro de 2019 pelo *O Globo*, o podcast venceu o prêmio Vladimir Herzog (2020) em Áudio. Conceição foi uma das entrevistadas e conta sua história no segundo episódio.⁵

Ainda em 2019, em outubro e novembro, participei de um programa do International Center for Journalists, nos Estados Unidos, por seis semanas — quatro delas na capital, Washington, onde visitei o Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana. Foi uma experiência tão impactante que, em poucos dias, voltei ao museu outras três vezes. Eu geralmente caminhava até lá ouvindo o podcast do *1619 Project*.⁴

Voltei para o Rio de Janeiro e, em 1º de dezembro, fui a um “aquilombamento” — uma roda de conversa entre pessoas negras de diferentes profissões e regiões. Entre tanta gente incrível estava o antropólogo Thales Vieira, que já tinha ouvido o *Negra Voz* e me perguntou: “Você já ouviu falar no Instituto Ibirapitanga?”. “Não”, respondi. Thales me contou sobre o trabalho deles e o apoio a iniciativas voltadas à promoção da equidade racial.

Na semana seguinte, conheci Paula Scarpin, Flora Thomson-DeVeaux, Branca Vianna e Guilherme Alpendre, que tinham acabado de fundar uma produtora de podcasts, a Rádio Novelo. Durante a conversa, Branca disse: “Acho que deveríamos fazer um *1619 Project* brasileiro”, ideia que estava na minha mente desde a viagem para os Estados Unidos. Marcamos uma reunião com o Ibirapitanga para apresentar a ideia.

Naqueles dias, Lauren Silverman, uma produtora que conheci nos Estados Unidos, escreveu um e-mail me apresentando ao chefe do Spotify na América Latina. Foi o ponto de partida de uma longa conversa que resultou no *Vidas Negras*,

um podcast Original Spotify produzido pela Novelo e lançado em outubro de 2020. Em seus trinta episódios, a série perfila afro-brasileiros proeminentes das mais diversas áreas de conhecimento. Uma equipe majoritariamente negra e feminina me ajudou a contar as histórias de nomes do passado como Carolina Maria de Jesus, Milton Santos, Tia Ciata, Grande Otelo e outros; e do presente, como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lázaro Ramos e Eliana Alves Cruz.⁵

Na época, já estávamos fazendo o *projeto Querino*, cujo trabalho começou no primeiro semestre de 2020, com seis meses de planejamento e pesquisa para fortalecer o projeto e conseguir o apoio financeiro do Ibirapitanga. Andre Degenszajn, Iara Rolnik e Thales Vieira foram tão exigentes quanto ternos nesse processo. Toda a ajuda da Novelo foi determinante, assim como a de outras pessoas incríveis que doaram tempo e voluntariamente participaram de reuniões de brainstorming, como Ynaê, Flávia Oliveira, a ativista Lúcia Xavier, o ator e diretor Rodrigo França e o historiador Rafael Domingos Oliveira.

Aprovado o financiamento, o trabalho da equipe começou com dez meses de pesquisa bibliográfica e audiovisual conduzida pelos jornalistas Yasmin Santos (por um mês) e Gilberto Porcidonio (nos demais nove meses), e por Rafael Domingos Oliveira. A cada dois meses, fazíamos reuniões em que Ynaê orientava a pesquisa, com contribuições de Paula e Flora.

Paralelamente, o *Vidas Negras* era tocado por outra equipe. O lançamento do último episódio — em agosto de 2021 — coincidiu com o fim da fase de pesquisa do *Querino*, quando passei a me dedicar integralmente ao projeto. Ao longo de dois meses li os relatórios produzidos pelos pesquisadores, complementando a pesquisa e transformando os textos (que tinham, naturalmente, diferentes “vozes” e estilos de escrita) em “relatórios consolidados”, numa narrativa unificada que virou uma espé-

cie de “bíblia” — não no sentido religioso, claro, mas no que é comumente usado no audiovisual — do projeto. E começamos a próxima fase: a partir da leitura dos relatórios, fizemos reuniões semanais com a nossa consultora em roteiro, a diretora e roteirista Mariana Jaspe; a nossa produtora e pesquisadora, a jornalista Angélica Paulo; além de Paula e Flora. Nessas conversas, decidimos quem entrevistaríamos para o podcast: no fim, foram mais de cinquenta entrevistas, 42 horas de gravação e 14 mil quilômetros percorridos em viagens pelo país.

A terceira e última fase antes do lançamento aconteceu no primeiro semestre de 2022: roteirização, edição, sonorização e mixagem dos episódios, e toda a estratégia de divulgação meticulosamente desenhada pela jornalista Bia Ribeiro, da Nove-lo. Foi também nessa fase que apresentamos o projeto a André



Tiago Rogero entrevista Vânia Guerra na praia do Sino,
na ilha da Marambaia

Petry, diretor de redação da *piauí*, e compartilhamos com a revista os relatórios consolidados de pesquisa, que, por sua vez, serviram de inspiração às reportagens, ensaios fotográficos e uma história em quadrinhos publicados entre agosto e novembro de 2022.

Os oito episódios iniciais do podcast foram ao ar simultaneamente no dia do lançamento, em agosto de 2022. Um episódio extra, em que entrevisto Nikole Hannah-Jones, foi publicado em 8 de novembro. No ano seguinte, em 22 de junho de 2023, foram postados vídeos com legendas e interpretações em Língua Brasileira de Sinais (Libras) de cada episódio. Em 27 de outubro, foram disponibilizadas traduções em inglês e espanhol das transcrições de todos os episódios.⁶

Embora *Negra Voz*, *Vidas Negras* e *projeto Querino* tenham sido feitos por muitas mãos e mentes diferentes, gosto de pensar neles como uma trilogia em áudio. Essa ideia vem, acho, do meu amor pela cultura pop, especialmente as franquias de cinema. Para mim, os três podcasts se complementam.

Fora a óbvia conexão que se dá pela temática, há um outro aspecto bem importante que conecta os projetos: todos foram realizados num dos períodos mais desoladores da nossa história, os quatro anos de Jair Bolsonaro como presidente, que tiveram um impacto enorme sobre as três produções. Foi um período em que tivemos na presidência um homem conhecido por posicionamentos racistas,⁷ cujos funcionários próximos e familiares têm conexões com organizações supremacistas brancas.⁸ Outros racistas por todo o país sentiram-se empoderados a rastejar para fora do esgoto onde se escondiam.

Negra Voz, *Vidas Negras* e *projeto Querino* não são uma resposta a Bolsonaro — pensar assim seria dar importância de-

mais a ele. Acredito que os três projetos existiriam mesmo se ele não tivesse vencido a eleição de 2018. Mas a forma irresponsável, desrespeitosa e destrutiva com que o ex-presidente conduziu o mandato fez com que trabalhássemos ainda mais duro. A raiva e o desespero que sentimos durante aqueles quatro anos — especialmente depois de março de 2020, quando a pandemia de covid-19 chegou ao Brasil — nos deram ainda mais força.

E isso se refletiu também na audiência: acredito que parte do sucesso que o *Querino* alcançou tem a ver com a eleição de 2022. As pessoas estavam ávidas por ferramentas que as ajudassem a enfrentar tanto ódio, estupidez e desinformação. Por tudo isso, escolhemos manter a maioria das citações a Bolsonaro que fizemos no podcast, tanto como uma “fotografia” daquele momento quanto por uma verdade inconveniente: a extrema direita não sairá de cena tão cedo, e o risco de voltarmos àquele cenário de destruição segue iminente.

Um dos aspectos que mais nos inspirou no *1619 Project* foi a forma destemida e sem papas na língua com que Nikole Hannah-Jones e equipe disseram o que precisava ser dito, por mais duro que fosse.⁹ No *projeto Querino*, algumas frases podem soar como “frases de efeito” — “o Brasil nasceu da escravidão” ou “Na ‘empresa’ Brasil, o trabalho é negro e o lucro, branco” —, mas nunca era o caso. Tentamos sempre explicar o porquê de cada uma, e com fatos e dados.

Uma das vantagens do tempo que tivemos para trabalhar — dois anos e sete meses para executar um projeto jornalístico é um privilégio, mas também uma responsabilidade — foi a possibilidade de refletirmos com calma sobre o sentido de cada palavra. Lembrando, por exemplo, que um “traficante de escravizados” era acima de tudo um comerciante de seres humanos.

Um sujeito — geralmente branco — que enriquecia graças ao sequestro e o comércio de pessoas; de crianças, adolescentes e adultos que tinham sonhos, sentiam dor e fome; que amavam e sofreram ao serem separados dos seus. Esses ricos homens brancos não eram reles comerciantes ou empreendedores; eram traficantes de gente, e isso tem um peso que não pode ser trivializado.

Nosso foco foi sempre tentar contar o que aconteceu com a devida crueza dos fatos. E a história do Brasil é, afinal, muito dura e cruel — especialmente com indígenas, africanos e afrodescendentes. Aliás, outra ponderação é que há importantes menções aos povos originários, mas não na mesma proporção que aos afrodescendentes. A história dos povos indígenas, os primeiros a ocupar este território, merece um ou vários projetos inteiros dedicados exclusivamente a ela, e que serão muito melhor executados por equipes majoritariamente indígenas, o que não era o nosso caso. Também não usamos isso como desculpa para ignorar essa história, como você verá em alguns pontos.

Um outro comentário importante: este não é um livro sobre dor — embora saibamos que a dor faz parte da experiência de cada pessoa negra que nasceu ou vive no Brasil. Aqui não tem “pornô de violência”. Este é um livro sobre vitórias. Sobre alegrias, realizações, lutas e resistências. Sobre como o povo negro criou o que de melhor o Brasil tem a oferecer para os seus cidadãos e para o mundo. E não somente aquela visão estereotipada de “samba, futebol e feijoada”, que foi a única contada por tanto tempo. “Faltavam capítulos na história que nos foi ensinada na escola”, escreveu o historiador britânico-nigeriano David Olusoga.¹⁰

Mas agora faltam menos, graças sobretudo à revolução intelectual e cultural promovida pelas leis de cotas. O *projeto Querino* não é e não foi — nem de longe — a primeira inicia-

tiva a contar esse “outro lado”. Intelectuais negros têm feito isso há séculos — e um exemplo disso é o próprio Manuel Querino, que homenageamos com o nome do projeto. Mas, mesmo antes dele, e mesmo antes que palavras começassem a ser impressas em folhas, contar histórias já era algo intrínseco ao DNA africano.

A filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) escreveu que

estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né?¹¹

O *projeto Querino* também é sobre responsabilização. Há uma passagem no livro da psicóloga e ativista Cida Bento que costumo reler. Ela conta a história do dia em que o filho Daniel, então com dez anos, chegou chateado da escola dizendo que não queria mais voltar e que não participaria de nenhuma outra aula de história sobre escravidão. Isso porque, depois da aula, um dos colegas — um menino branco — tinha apontado para garotos negros que limpavam para-brisas num semáforo e dito ao Daniel: “Aqueles meninos também são descendentes de escravos! É uma vergonha, né?”. A intelectual conta como ela lidou com a situação:

Daniel não poderia acreditar naquilo. Por isso, no dia seguinte decidimos fazer uma lista, incluindo os feitos tanto dos escravocratas quanto dos escravizados pelo nosso país. O lado dos escravocratas incluía expropriação de trabalho, violência física e psicológica, estupro, invasões, exploração de recursos naturais e tantas outras barbaridades. Já o lado dos escravizados era curto: vieram à força a um país desconhecido para trabalhar, sem renumeração, produzindo riquezas para o colonizador em troca da própria vida. Não havia por que se envergonhar por ter antepassados escravizados, ao contrário, apenas ter orgulho do que construíram, apesar das adversidades.¹²

Até hoje, descendentes de senhores e sinhás desfrutam de heranças que só foram possíveis graças a exploração, violência e sofrimento. “Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”, escreveu Cida Bento.¹³

Por fim, quero destacar que este livro também não é somente sobre a escravidão, tanto sob um ponto de vista cronológico — a narrativa vai e volta no tempo, do continente africano ao Brasil atual — quanto “quantitativamente”, já que muitas histórias contadas aqui são de anos recentes. É inegável que a escravidão teve um impacto monstruoso e decisivo no país, que se manifesta ainda no presente. Mas queremos também pensar no futuro e esperamos que você embarque conosco nessa jornada.

No Brasil sonhado pelo povo negro, ninguém fica de fora.

Parte 1

Não é de hoje que chefes de Estado trocam mimos entre si. Em 1811, já morando no Rio de Janeiro, o então príncipe regente, d. João (1767-1826), recebeu uma leva de presentes de um rei, parceiro de negócios de Portugal: anéis, chapéus, sandálias, um trono esculpido em madeira e uma bandeira com as representações de 73 cabeças decapitadas e quinze corpos ainda inteiros, mas com as mãos acorrentadas. Todos na cor preta, bordados sobre um tecido branco de algodão. Também compunham a lista de agrados seis seres humanos: quatro “moleconas” e dois “moleções”, nas palavras do rei parceiro. “As fêmeas, para espanarem o seu quarto; os machos, para limparem os seus sapatos”, escreveu. “Mando pequenos para se criarem.” Ou seja, eram crianças.¹

O remetente da carta e dos *presentes* era o rei Adandozan, que governou o Daomé (onde hoje fica o Benim) entre 1797 e 1818. Um rei africano. Adandozan queria receber de d. João o monopólio da operação de fornecimento de pessoas escravizadas na região da Costa da Mina, onde hoje estão Gana, Togo, Benim e Nigéria.²

O rei do Daomé estava preocupado. Um ano antes, em 1810, d. João tinha assinado um tratado com o Reino Unido em que

dizia estar “plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos” e, por isso, iria “cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos”.³

Pelo acordo, d. João e companhia só teriam de interromper o tráfico nos portos que não pertencessem a Portugal, o que não era o caso do Daomé, embora houvesse lá uma ocupação portuguesa desde 1720, no porto de Ajudá (ou Uidá ou Ouidah).

Ainda que não estivesse sendo prejudicado pelo tratado, o rei Adandozan já devia estar percebendo os ares de mudança. Afinal, o Reino Unido — depois de tanto já ter lucrado com a escravidão — tinha abolido o tráfico para os seus territórios em 1807. E, desde então, fazia pressão para que outros países fizessem o mesmo.

O cerco se fechava, mas o tráfico continuava, e Adandozan ganhou concorrência vizinha. Na mesma época, d. João foi procurado por um outro líder da Costa da Mina: Ajohan, o rei de Ardra, uma outra parte do atual Benim.

O reino de Ardra contava com um novo porto — chamado pelos portugueses de Porto Novo, que até hoje dá nome à capital do Benim — para o embarque de africanos trazidos do interior. Também numa carta a d. João,⁴ Ajohan escreveu que sua “oferta” de escravizados era a maior da região e a de “melhor qualidade”. E mais: diferentemente do vizinho do Daomé, que queria o monopólio, o rei de Ardra propunha livre-comércio, uma vez que Portugal poderia continuar a fazer negócios com outros portos da região. Ajohan só queria uma parte para chamar de sua no lucrativo negócio do comércio de seres humanos pelo mar.

E talvez neste ponto você esteja pensando: *Então é verdade que “português nem pisava na África, que eram os próprios negros que entregavam os escravos”?* Afinal, você acabou de ler sobre

dois reis africanos disputando para ver quem conseguiria vender mais escravizados para Portugal.

Calma. Respira.

Até onde se sabe, a primeira viagem de tráfico de escravizados foi em 1441, quando um português, a mando da Coroa, foi até a região do Rio do Ouro, no continente africano, para comprar azeite e pele de leão-marinho. Ele achou o.k. sequestrar seres humanos e levou doze africanos aprisionados para Portugal. Três anos depois, já houve o primeiro leilão de escravizados na Terrinha, fruto de uma outra viagem que sequestrou mais de duzentas pessoas; entre elas, crianças.⁵

Mas não foi nesse momento que a escravidão começou. Ela já existia, e há muito tempo. Tinha escravizado na Grécia Antiga, por exemplo. A própria palavra “escravo” — e fica mais fácil quando pensamos nela em inglês, *slave* — vem do latim *slavus*, que é uma referência aos eslavos que, por muito tempo, foram escravizados. E o povo eslavo é branco.

Havia muitos motivos para se escravizar uma pessoa: entre eles, o resultado de uma guerra ou o não pagamento de uma dívida — mas, ao fim do pagamento da obrigação, a pessoa era libertada. Ela não era vendida ou herdada, como se fosse um imóvel ou um objeto. E não se escravizava alguém só por ser de determinada raça ou pela cor da pele — e muito menos só por ser negro. A ideia de quem é “negro” ou não foi criada a partir dos séculos 15 e 16, justamente para justificar essa nova forma de escravidão que surge a partir do momento em que Portugal começa a expandir o seu império. Uma forma mercantil, em que a pessoa deixa de ser entendida como um ser humano temporariamente escravizado para ser lida como mercadoria — a mais valiosa e lucrativa mercadoria daquele tempo.

Percebendo a oportunidade, os portugueses tentaram dominar as sociedades africanas. Tentaram invadir e guerrear para ter acesso em primeira mão à “mercadoria”. Mas não conseguiram. Então, partiram para o plano B: negociar com algumas dessas sociedades. Oferecer algo em troca. Comprar em vez de capturar — embora a captura tenha continuado clandestinamente em outros pontos do continente.

Mas por que um africano venderia outro africano?

Primeiro, é importante desconstruir a ideia de “africano”. A África não é um país, mas um continente com 30 milhões de quilômetros quadrados, praticamente o triplo da Europa. Um território imenso ocupado por diferentes povos, com culturas, línguas e formas de organização diferentes, como lembra Ynaê Lopes dos Santos.⁶ E, assim como aconteceu e ainda acontece em outros continentes, nações vizinhas entravam em conflito. Como resultado, o vencedor tinha o direito de escravizar os derrotados.

O que mudou o jogo foi a oferta feita pelos portugueses aos “vencedores”: a possibilidade de vender seus prisioneiros de guerra e lucrar com isso. Livravam-se dos inimigos e, em troca, recebiam produtos como tecidos, tabaco e armas — ganhando assim mais poderio bélico para subjugar outros adversários e, em contrapartida, obter mais “matéria-prima” para Portugal. Um ciclo.

Os próprios reis do Daomé e de Ardra tinham acabado de travar uma batalha vencida pelo daomeano. A bandeira enviada por Adandozan a d. João, com as 73 cabeças decapitadas e os quinze corpos com as mãos acorrentadas, era uma representação do resultado do conflito, assim como as seis crianças: prisioneiras de guerra incumbidas de dar notícia de viva-voz ao príncipe português sobre as vitórias do rei africano.

No fim, Adandozan não conseguiu o monopólio que queria, mas continuou a fazer negócios com Portugal, assim como o rei de Ardra — onde, pelo tratado com os britânicos, os portu-
gue-

ses já não estavam mais autorizados a comprar escravizados. Mas esse seria só mais um caso em que d. João ignorou compromissos firmados com o Reino Unido pelo fim do tráfico.⁷

E o príncipe gostou tanto dos presentes que as peças integraram — apenas os objetos; não as seis crianças, de quem não se teve mais notícias — a coleção inaugural do Museu Real, fundado por d. João em 1818 com o objetivo de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.⁸ Primeiro instalado numa enorme residência no Campo de Sant’Anna, no Centro do Rio de Janeiro, o museu foi transferido em 1892 para um palácio ainda maior, na Quinta da Boa Vista. O trono e a bandeira doados pelo rei do Daomé eram algumas das peças mais antigas do museu.

E foram destruídas.

O incêndio no Museu Nacional aconteceu numa madrugada de domingo para segunda-feira, em 2 de setembro de 2018. As mais de seis horas de fogo destruíram entre 80% e 85% do acervo com cerca de 20 milhões de itens — entre eles, o trono e a bandeira enviados pelo rei do Daomé. Do prédio, restou a estrutura externa (as paredes e a fachada), mas o teto caiu.

A história do prédio tem alguns esqueletos no armário.

Antes de virar museu, o palácio enorme em São Cristóvão, na Zona Norte da cidade, já foi residência oficial da família real portuguesa — depois, família imperial do Brasil. Mas o prédio não foi construído para ser uma residência oficial, e sim a casa de um comerciante bem rico: Elias Antônio Lopes (1756-1815). Quando a família real portuguesa veio para o Brasil, em 1808, Lopes doou a mansão — disparada a melhor da cidade —, e toda a Quinta da Boa Vista, para d. João morar com os parentes.

Bonzinho ele, né? Mas como é que Lopes, um comerciante, juntou tanto dinheiro assim para não só construir um palácio tão suntuoso, mas também para se dar ao luxo de poder doá-lo? É que ele não era qualquer comerciante. Ele trabalhava com o bem mais valioso daquela época. Não era café, nem ouro; não era açúcar, tampouco diamante: ele era traficante de gente.

Mandava um navio para a costa do continente africano, embarcava dezenas de pessoas acorrentadas — homens, mulheres, crianças —, colocava todo mundo no porão da embarcação por semanas, até meses, de viagem, e vendia as que sobreviviam. Em 1811, em Moçambique, 469 seres humanos foram embarcados em um navio que pertencia a Lopes. Três meses depois, a embarcação chegou ao Rio de Janeiro, mas só com 350 escravizados — 119 não resistiram às péssimas condições da viagem e morreram no caminho.⁹

Foi pouco antes disso, em 1803, que Lopes começou a construir uma “vivenda campestre, vasta e ostentosa”¹⁰ em um dos lotes de uma antiga fazenda dos jesuítas. A obra foi toda feita por escravizados.¹¹ Quando a família real chegou ao Brasil — primeiro por Salvador —, Lopes decidiu deixar a casa ainda maior e mais suntuosa, para oferecer aos monarcas. Já no Rio, d. João recebeu o mimo de bom grado e sem constrangimento algum. Em 24 de março de 1808, a família real tomou posse da chácara.

E, como não existe almoço grátis, Lopes foi ressarcido pelos “custos da obra” e, menos de dois meses depois, recebeu de d. João a comenda da Ordem de Cristo, tornando-se “comendador”. As honrarias continuariam nos anos seguintes: fidalgo da Casa Real, em 1810, e conselheiro de Sua Alteza Real, em 1811. Um traficante que era conselheiro do rei.

E o simbolismo desse gesto — de transformar em residência oficial uma casa construída por escravizados e com o dinhei-

ro do tráfico; dessa relação extremamente próxima entre um traficante e a família real — ajuda a explicar não só por que a escravidão durou tanto tempo por aqui, mas a própria Independência do Brasil.

Ajuda a explicar por que o Brasil é o Brasil.

Um país que nasceu da escravidão.

Foi a exploração do conhecimento e do trabalho, primeiro dos indígenas e depois dos africanos e dos seus descendentes, que gerou toda a riqueza da colônia e, depois, do país.

Quando o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822, já havia muitos países — nações europeias, por exemplo, que tinham lucrado bastante tanto com a escravidão quanto com o tráfico — discutindo e até aplicando o fim do tráfico de escravizados ou a abolição. Mas o Brasil foi na direção contrária: as elites brasileiras não só reafirmaram o pacto com a exploração da mão de obra escrava, mas dobraram a aposta. A escravidão não só continuou, mas aumentou. E não é que não havia uma escolha, uma outra possibilidade de Brasil. Havia várias, como você verá.

Foi por causa da escravidão, e graças a ela, que províncias tão diferentes umas das outras se uniram na tentativa de formar uma unidade. Graças à escravidão e ao medo das elites, o Brasil se tornou independente.

Parte 2

Já no fim do século 17 a capitania do Rio de Janeiro era a mais rica da colônia. Sua riqueza era facilitada pela localização geográfica — próxima da exploração do ouro em Minas Gerais e um importante ponto de defesa de Portugal nas constantes disputas com a Espanha por territórios mais “ao Sul” —, mas, sobretudo, gerada pelo tráfico de africanos escravizados.¹

THIAGO CAMPOS PESSOA: O Brasil nasce como um país de fato, como um Estado-nação, atrelado ao tráfico de africanos. Porque esses agentes do tráfico estão diretamente envolvidos, e de maneira até bastante contundente, na própria construção do país. De modo que a moradia do imperador tinha uma relação direta com o tráfico; o que, por si só, é bastante emblemático.*

* Thiago Campos Pessoa é historiador, escritor e professor. A partir daqui, todas as citações que estiverem com este tipo de destaque foram retiradas de entrevistas ao podcast do *projeto Querino*.

É importante ter em mente que o tráfico não era um negócio de uma pessoa só, uma história de um vilão único. Era uma cadeia produtiva. Para equipar um navio com escravizados, precisava-se não só da tripulação, mas também de mercadorias que seriam trocadas por seres humanos no continente africano, como tabaco, pólvora ou cachaça. Precisava-se também de suprimentos para os tripulantes do navio: carne-seca, farinha, água — afinal, embora as condições de transporte fossem desumanas e provocassem muitas mortes, os escravizados tinham que ser minimamente alimentados para garantir o sucesso financeiro da expedição.

TCP: Então, quando pensamos no traficante de escravizados, temos de pensar numa cadeia de atores, de mercadorias e de agências que vão para muito além do próprio controle. Dificilmente o tráfico era feito por uma pessoa só. Embora existisse o traficante — o sujeito simbólico que organizava cada expedição —, havia uma série de indivíduos por trás que estavam efetivamente financiando cada viagem.

Por isso, muita gente rica participava do tráfico mesmo sem ser propriamente o organizador da viagem. É aquela ideia de diversificar os investimentos, sabe? O sujeito entrava com uma parte e depois colhia o seu, e não ficava com a pecha de traficante.

Aliás, “tráfico” é uma palavra que hoje carrega uma conotação negativa: tráfico de drogas, de armas, de influência, de animais, de órgãos... Mas, naquele tempo, tinha mais um sentido de “comércio e movimento”, disse Pessoa.

TCP: Acontece que, na virada do século 18 para o século 19, à medida que o abolicionismo se inicia na Inglaterra, a

ideia de ser um traficante de escravizados começa a mudar um pouco, sobretudo por causa da condenação moral e política advinda desse amplo movimento que se espalhou pelo Ocidente.

Antes disso, o Reino Unido já havia lucrado muito com o tráfico de pessoas escravizadas e com a escravidão. Mas a Revolução Industrial estava em curso e, em 1807, o Parlamento britânico decidiu pelo fim do tráfico de escravizados para o reino e suas colônias. Daí, o que era produzido nos territórios britânicos ficou mais caro do que os produtos de quem ainda escravizava — como as colônias portuguesas, por exemplo.

Também em 1807, a Marinha Real Britânica foi mobilizada para escoltar a família real portuguesa, que precisou apressadamente transferir sua Corte para uma de suas possessões, do outro lado do Atlântico. E tudo por causa da França.

Depois da Revolução Francesa, um militar tinha dado um golpe de Estado e assumido o poder: Napoleão Bonaparte (1769-1821). Ele se proclamou imperador e iniciou um processo de expansão do Império Francês. Depois de já terem tomado a Espanha, as tropas invadiram Portugal.

A família real portuguesa fugiu levando 15 mil *parças*, ou melhor: cortesãos. Escoltados pelos ingleses, d. João e companhia chegaram a Salvador em janeiro de 1808 e, em março, ao Rio de Janeiro, onde fixaram residência. “Nunca na história um monarca europeu havia colocado os pés em solo americano”, escreveu Ynaê Lopes dos Santos.² D. João era regente desde 1792, quando a mãe dele, a rainha d. Maria I (1734-1816), foi declarada mentalmente incapaz.

Em contrapartida à ajuda britânica, o príncipe regente decretou a abertura dos portos: os comerciantes brasileiros poderiam fazer negócios com outros países, e não apenas com

Portugal. Mas o Reino Unido não se contentou e passou a pressionar d. João para que também acabasse com o tráfico.

E por aqui já havia quem pensasse assim: em 1810, um amigo de d. João, o advogado brasileiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), disse ao monarca que o Brasil deveria aproveitar o momento para importar mão de obra livre europeia de países empobrecidos pelas guerras napoleônicas. E que, se isso não fosse possível, que se mantivesse o tráfico por mais um tempo, mas com duas novas medidas: que nascessem livres os filhos de escravizados e, em dez anos, tivesse fim a escravidão.⁵ Ou seja: ventre livre e abolição.

D. João simplesmente ignorou o conselho do amigo.

Mas foi pressionado pelos britânicos a assinar um tratado em que se comprometeu a acabar com o tráfico de forma gradual. Não dava prazo nenhum, só dizia “gradual”. Foi nesse Tratado de Aliança e Amizade que Portugal assumiu o compromisso de somente fazer negócios de tráfico com as próprias possessões no continente africano⁴ — o que, como vimos, d. João não se esforçou em cumprir.

YNAÊ LOPES DOS SANTOS: O Brasil vira um país independente num contexto em que a sua maior parceira política é contrária ao tráfico. Aliás, [a Grã-Bretanha era] não só contrária, como organizou uma campanha para que esse tráfico de fato não se viabilizasse.*

Antes da chegada da família real, o Brasil ainda era uma colônia, mas já ocupava um lugar de “Estado” dentro do Império Português. Com a chegada de d. João e companhia, houve uma

* A historiadora, professora e escritora Ynaê Lopes dos Santos foi a consultora em história da pesquisa, e do podcast do *projeto Querino*.

nova mudança de patamar e o país foi “promovido”: em 1815, virou um Reino Unido a Portugal.

YLS: Isso era algo intermediário entre uma colônia e um Estado soberano, então era um lugar politicamente um tanto quanto dúbio.

Em 1815, ainda pressionado, d. João tentou costurar um novo acordo com o Reino Unido. O tratado acabou sendo assinado só em 1817 e estabeleceu que, a partir daquele momento, Portugal e Brasil estavam proibidos de traficar pessoas embarcadas em portos acima da linha do equador. Em termos de área, a maior parte do continente africano fica acima do equador. Mas você acha que o acordo foi cumprido?

Na prática, o tráfico não só continuou, como aumentou. Nos dez anos antes da chegada da família real, 30 mil escravizados foram desembarcados por ano no Brasil. Nos dez anos depois, a média subiu para 42 mil por ano.⁵ Tinha mais gente sendo escravizada por aqui — pouco mais de 1 milhão de pessoas — do que a população inteira de Portugal na época, com 750 mil habitantes.⁶

YLS: A chegada da família real é também o momento em que se sublinha essa característica escravocrata do Brasil, que tem como particularidade uma forte relação com o tráfico transatlântico que era operado, em grande medida, por um número significativo de famílias oligarcas de diferentes partes do país que tinham suas riquezas vinculadas ao tráfico.

Não saía barato sustentar d. João e companhia e, ao mesmo tempo, custear todas as reformas que tentavam deixar a Corte “à altura” da família real. Por mais dinheiro que o Rio de

Janeiro gerasse, não era suficiente. O jeito, então, foi recorrer às demais províncias, especialmente às poucas que davam lucro, como Pernambuco. Os pernambucanos passaram a pagar uma lista interminável de impostos: um para custear a reconstrução de Portugal depois da ocupação napoleônica, outro sobre a produção do algodão e outro que, pasme, era destinado à iluminação pública da capital do reino, a 2300 quilômetros de distância.⁷

Em 1817, no Recife, numa festa que celebrava a vitória contra a Holanda — quase duzentos anos antes, holandeses ocuparam Pernambuco por mais de duas décadas até serem derrotados e expulsos —, um “preto oficial do regimento dos Henriques⁸ bateu em um português que ousava soltar palavras injuriosas contra os brasileiros”.⁹ Foi o estopim para o início da Revolução Pernambucana, a “mais importante contestação à ordem colonial em toda a história da monarquia portuguesa”.¹⁰

Revoltosos tomaram o controle e proclamaram uma República pela primeira vez em território brasileiro. D. João enviou tropas que desembarcaram em Alagoas e seguiram até o Recife. Em 19 de maio de 1817, após 74 dias de governo republicano, a revolução acabou e a punição foi extremamente violenta: os líderes foram mortos por fuzilamento ou enforcamento; seus corpos, desmembrados e arrastados pela cidade por cavalos. Outros tantos foram presos.¹¹

No ano seguinte, d. João deixou de ser príncipe e se tornou rei. Embora a rainha d. Maria I tivesse morrido em 1816, a aclamação do filho só foi realizada em 1818, quando ele foi coroado d. João VI, líder do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A decisão de fazer a solenidade no Brasil, e não na Terrinha, desagradou profundamente os súditos que continuavam por lá.¹² As tropas francesas já não ocupavam mais o território português desde 1811, mas, ainda assim, a família

real continuava na colônia. Enquanto isso, a pátria-mãe estava sob a administração de um militar britânico, William Carr Beresford (1768-1854), que tinha liderado a resistência portuguesa contra Napoleão.

E tudo isso fez aumentar a insatisfação entre os súditos lusitanos. A economia por lá estava em frangalhos e os portugueses reclamavam que Portugal tinha virado “colônia” do Brasil,¹³ que, por sua vez, não parava de crescer.

Todo esse descontentamento resultou na eclosão da Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820. Envolvendo representantes da sociedade civil e com o apoio do Exército, um golpe foi dado; Beresford foi demovido do cargo, e o reino, transformado numa monarquia constitucional. Foram convocadas Cortes Gerais para criar uma Constituição redigida por representantes da população. Numa das primeiras medidas depois de tomarem o poder, exigiram o retorno da Corte e do rei para Portugal. Foi decretada a liberdade de imprensa e os rebeldes que tinham sido presos em revoltas contra a Coroa foram libertados, como alguns sobreviventes da Revolução de 1817, em Pernambuco.

Em fevereiro de 1821, d. João VI precisou jurar lealdade à futura Constituição. Para comandar as coisas por aqui, nomeou o quarto filho — o segundo mais velho ainda vivo àquele momento, atrás somente da primogênita, d. Maria Teresa —, d. Pedro, de 22 anos, como príncipe regente. Em abril, d. João VI deixou o Rio de Janeiro com destino a Lisboa, levando um séquito de 4 mil *parças* e esvaziando os cofres do Banco do Brasil,¹⁴ fundado na chegada da família real por aqui.

E, em Portugal, começaram a discutir a nova Constituição, com a participação de deputados brasileiros. A bancada enviada por São Paulo tinha um mentor: José Bonifácio (1763-1838), que chegou a preparar uma proposta para o fim da escravidão. Não uma abolição imediata — o que, segundo ele, arruinaria o

comércio e os agricultores —, mas gradativa, com “total circunspeção” para evitar que os “miseráveis escravos” reclamassem seus direitos com “tumultos e insurreições que podem trazer cenas de sangue e horrores”.¹⁵

MARY DEL PRIORE: A proposta de José Bonifácio sobre a abolição é feita antes da Constituinte. Representando a junta governativa de São Paulo, ele vem com um projeto de abolição em quatro anos que sequer é ouvido. A coisa não vai para a frente. Nas Cortes Gerais, quem é muito atuante é o irmão de Bonifácio, o Antônio Carlos. E ele está naquele momento lá em Portugal falando não de uma independência do Brasil, porque isso não estava claro. Mas, sim, da autonomia das províncias brasileiras. É o que se quer, é o que a elite deseja: as elites locais queriam ocupar-se dos seus negócios sem a interferência de Portugal.*

As elites tinham pavor de perder tudo o que haviam conquistado nos anos anteriores. Todo o dinheiro, todos os cargos, todas as benesses.

Mas não era só disso que elas tinham medo.

* Mary Del Priore é historiadora. Escreveu uma biografia de José Bonifácio.